

NAS ENTRELINHAS DO ARQUIVO PESSOAL: José Simeão Leal e a Mediação sobre a Jurema

Carla Maria de Almeida¹

Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira²

RESUMO: O artigo compreende em um fragmento do estudo desenvolvido na dissertação de mestrado, que teve como objetivo compreender a memória construída no Arquivo José Simeão Leal sobre a Jurema, religião afro-indígena, a partir das informações constantes nos documentos permanentes de seu acervo. A documentação produzida, acumulada e preservada por José Simeão Leal, se encontra nos gêneros iconográfico, sonoro e textual. Esses documentos são vistos enquanto suportes que retêm informações que possibilitam a evocação de memórias. A memória é compreendida a partir de suas características, como de seletividade, dinamicidade e capacidade de ressignificação (GONDAR, 2005), tendo em vista também, seus elementos constituintes, como o evento o sujeito e o lugar (POLLACK, 1992). Para a reflexão dos documentos, procedemos à análise documental pautada em Aróstegui (2006), qual o documento deve ser avaliado de forma interna e externa. É proposta do artigo, lançar o olhar para o arquivo pessoal de José Simeão Leal como um lugar de memória sobre a Jurema na Paraíba, também, compreender a ação de mediação de José Simeão Leal sobre a Jurema, a partir de duas correspondências recebidas por Roger Bastide. As informações constantes nas correspondências nos levam a visualizar José Simeão Leal como um intelectual mediador (GOMES; HANSEN, 2016), e seu arquivo como um acervo fruto dessa ação de mediação cultural.

Palavras-chave: Arquivo José Simeão Leal. Jurema. Memória.

BETWEEN THE LINES FROM THE PERSONAL ARCHIVE: José Simeão Leal And An mediation on A Jurema

ABSTRACT: The article comprehends in a fragment of the study developed in the master's thesis, whose objective was to understand the memory built in the José Simeão Leal Archive about the Jurema, Afro-indigenous religion, based on the information contained in the permanent documents of its collection. The documentation produced, accumulated and preserved by José Simeão Leal is found in the iconographic, sonorous and textual genres. These documents are viewed as media that retain information that enables recall of memories. Memory is understood from its characteristics, such as selectivity, dynamicity and the capacity for re-signification (GONDAR, 2005), considering also its constituent elements, such as the event, subject and place (POLLACK, 1992). For the reflection of the documents, we proceed to the documentary analysis based on Aróstegui (2006), which document should

¹ Doutoranda em Ciência da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, integrante do Grupo de Pesquisa Memória, Cultura Material e Patrimônio e do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio - GECIMP. Email: carlaa_almeida@hotmail.com

² Docente ligada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba, líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Cultura, Informação, Memória e Patrimônio - GECIMP. Email: bernardinafreire@gmail.com

be evaluated internally and externally. It is proposed the article, to look at the personal archive of José Simeão Leal as a place of memory on the Jurema in Paraíba, also, to understand the mediation action on the Jurema of José Simeão Leal, from two letters received by Roger Bastide. The information in the correspondence leads us to visualize José Simeão Leal as an intellectual mediator (GOMES; HANSEN, 2016), and his archive as a collection resulting from this action of cultural mediation.

Keywords: Archive José Simeão Leal. Jurema. Memory.

1 NOTAS INTRODUTÓRIAS

Durante as décadas de 1940 e 1950, o médico de formação e intelectual paraibano José Simeão Leal se dedicou ao estudo e registro das manifestações culturais de seu estado. O resultado desta pesquisa pode ser observado em seu acervo, que possui um elevado número de documentos de diversos gêneros.

Em meio aos estudos sobre a cultura na Paraíba, José Simeão Leal se debruçou a um estudo intenso sobre a Jurema, religião afro-indígena. Sobre essa manifestação, encontram-se fotografias, desenhos, textos datilografados e manuscritos, além de livros de referência sobre o tema.

O artigo compreende em um fragmento do estudo desenvolvido na dissertação de mestrado, que teve como objetivo compreender a memória construída no Arquivo José Simeão Leal sobre a Jurema, a partir das informações constantes nos documentos permanentes de seu acervo. A partir do entendimento de seu arquivo pessoal como um lugar de memória sobre a Jurema na Paraíba, temos, como recorte proposto deste artigo, compreender a ação de mediação de José Simeão Leal sobre a Jurema, a partir de duas correspondências recebidas por Roger Bastide. As informações constantes nas correspondências nos levam a visualizar José Simeão Leal como um intelectual mediador (GOMES; HANSEN, 2016), e seu arquivo como um acervo fruto dessa ação de mediação cultural.

Para a reflexão dos documentos, procedemos à análise documental pautada em Aróstegui (2006), qual o documento deve ser avaliado de forma interna e externa, ou seja, a atenção é dada tanto à forma quanto ao conteúdo. Os documentos aqui apresentados constituem em referências informativas sobre a Jurema, que, por meio de sua reflexão, é possível evocar sua memória. Para tanto, realizamos, no segundo tópico, a uma breve discussão sobre a noção de memória em diálogo com a informação, compreendendo-as como um elemento social e cultural.

2 A MEMÓRIA COMO UM ELEMENTO SOCIAL, CULTURAL E INFORMACIONAL

Em “Matéria e Memória” e “Ensaio sobre a Relação entre Corpo e Espírito”, ambos publicados no ano de 1897, Bergson se aprofundou na etimologia do verbo “lembrar-se”, que em francês, “*se souvenir*”, de “*sous-venir*”, significa “vir de baixo”, ou trazer à tona o que estava submerso (BOSI, 1994, p.46). Nesse entendimento, a lembrança seria o afloramento do passado. Segundo Bergson (2006; 1999), o passado se conserva no presente. Forçando a consciência, ele se manifesta nos sentimentos, emoções e ações desde a nossa infância, no entanto, apenas uma parte dele se torna representação.

Esse passado retorna à consciência para auxiliar a compreensão do presente ou a previsão do devir. A evocação de uma lembrança pela percepção do presente possibilita, a partir de momentos passados, a explicação da situação atual. Desta forma, as lembranças podem ser evocadas em detrimento de sua semelhança com as percepções do presente, elas reaparecem a partir da associação com algum aspecto particular. Sob esse pensamento, entende-se que é a ação do presente que possibilita a evocação de uma memória do passado.

A memória possibilita a relação do corpo presente com o passado, de modo que este intervém no processo das percepções atuais, visualizando-as em representação, e direcionando-as a ocupar a consciência. A noção de acesso à memória a partir da ação do presente atende à noção de memória discutida no campo da Ciência da Informação e Arquivologia, que tem como preocupação, o acesso à memória a partir das informações constantes no presente. São as informações preservadas e materializadas nos documentos que possibilitam o acesso a uma memória.

Enquanto Bergson atribui ao espírito a resolução para a evocação da memória, Halbwachs (1990; 1925) relaciona ao fator social. Influenciado pelo pensamento de Durkheim, Halbwachs parte de uma perspectiva estritamente relacionada e construída pelo fator social, de forma que as estruturas e grupos que integram a sociedade, as células coletivas, ou ainda, os quadros sociais, atuam na formação do sujeito e na constituição de sua memória. Nessa acepção, a memória enquanto fenômeno social, não existe fora das relações sociais (HALBWACHS, 1925).

A coesão social, ou seja, as relações que os indivíduos estabelecem uns com os outros, é garantida pelos quadros sociais da memória. Estes, por sua vez, compreendem em sistemas sociais de valores que promove a união dos grupos sociais, desde o microgrupo, como a família, aos grupos de extensão maior, como a religião ou classe (HALBWACHS,

1925). Apesar de considerar que o número de memórias é proporcional ao número de grupos existentes, a visão do sociólogo francês estabiliza a memória em delimitações demarcadas, nos quais o tempo, o espaço e os sujeitos envolvidos são regulares. Essa visão desconsidera os fatores que interagem permanentemente com os sujeitos, tais como a lógica espaciotemporal, a dinamicidade existente no seio das relações sociais, bem como, o fluxo dos processos informacionais (GONDAR, 2005). A memória é construída e modificada proporcionalmente às transformações dos quadros sociais.

Halbwachs (1990; 1925) argumenta a existência de duas formas de memória: a individual e a coletiva. Para o autor, essas memórias se penetram frequentemente, a memória individual se utiliza da memória coletiva para sanar suas lacunas. No entanto, ela não deixa de seguir seu interior, sua essência. A memória coletiva envolve a memória individual, todavia, não se confunde com ela, “ela evolui segundo suas leis, e se algumas lembranças individuais penetram algumas vezes nela, mudam de figura assim que sejam recolocadas num conjunto que não é mais uma consciência pessoal” (HALBWACHS, 1990, p.53).

A relação entre o indivíduo e o meio social é intrínseca, de forma que se atribui aos próprios indivíduos a origem das ideias, reflexões, sentimentos ou paixões. No entanto, para Halbwachs (1990, p.47), esses elementos são inspirados pelo grupo do qual fazemos parte, “nós não percebemos que não somos senão um eco”. Nesse sentido, o autor admite a existência da memória individual, desde que esta esteja ligada ao fator coletivo.

O arquivo pessoal pode ser uma referência para a percepção da relação entre a memória individual e a memória coletiva. A memória materializada nos documentos pertence tanto ao seu proprietário, quanto aos sujeitos que, de alguma forma, tiveram relação com os documentos ali encontrados.

Os documentos permanentes de um arquivo pessoal trazem em si vestígios da vida privada do proprietário, tornando-se singulares por essa característica inerente a esse tipo de acervo. Essa documentação simboliza a relação de seu acumulador com a sociedade na qual estava inserido, assim como representa distintos segmentos e grupos sociais em determinados espaços e contextos históricos.

As informações materializadas nos suportes documentais envolvem “impressões, emoções, sentimentos” (SILVA; RIBEIRO, 2008, p.43), são construídas, transmitidas e decodificadas socialmente. Desse modo, tendo em vista o Arquivo Pessoal José Simeão Leal, a memória evocada a partir das informações constantes nos documentos remete tanto a José Simeão Leal, que realizou, armazenou e preservou o registro, como aos juremeiros e às juremeiras. Sem um, não existiria, naqueles suportes, a memória do outro. Essa memória é

construída a partir da relação do individual com o coletivo. No entanto, discordando da visão pragmática halbwachiana, os documentos são fontes de informação e possibilitam o acesso a uma memória do grupo, que se mantém no presente devido à preservação documental. Essa memória, por sua vez, se reconstrói e adquire significados a partir do acesso de usuários do arquivo a ela, o uso delas em trabalhos ou fins diversos, além dos processos e conflitos que o permearam ao longo do tempo.

A atribuição do aspecto social à memória possibilitou a ampliação de vertentes de análises e reflexões sobre o tema. Trazer a discussão sobre a memória para o contexto social foi um grande avanço nos estudos memoriais, porém, a perspectiva de Halbwachs, de forma radical, enquadrou a memória em uma conotação coletiva, limitando, assim, a potencialidade da memória individual, em que desconsidera os elementos próprios do “eu” do sujeito, atribuindo todas as suas referências à coletividade. Segundo Gondar (2005), o conceito de memória coletiva de Halbwachs é uma construção já realizada, estável, ele não leva em conta os processos e conflitos promovidos pelo tempo.

Pierre Nora (1993), tal como Halbwachs, segue a linha epistemológica de Durkheim, ao tratar os fatos sociais como coisas, estruturadas em hierarquias e classificações, que, a partir da identificação dos elementos que definem o sujeito ou grupo, reconhece nestes, pontos em comum ou que promovem o diferenciamento dos demais grupos, reforçando assim, os sentimentos de pertencimento ou as fronteiras socioculturais.

Na perspectiva de Nora (1993), a memória compreende em um processo vivido e que está em constante desenvolvimento, suscetível às manipulações.

A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações [...] A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; [...] A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada (NORA, 1993, p.9).

Nora (1993) torna evidentes a dinamicidade e elasticidade da memória, além de seu caráter dialético, uma vez que ela está ligada tanto ao esquecimento quanto à lembrança. A memória, segundo o autor, é um fenômeno que emerge de um grupo, ao tempo que também atribui unicidade a este.

Pollak (1992) aponta três elementos constitutivos da memória: o primeiro elemento

se refere aos acontecimentos, vividos em particular ou o que ele chama de acontecimentos “vividos por tabela”, que são os acontecimentos vividos pelo coletivo ao qual o indivíduo pertence. Tais acontecimentos podem ser compartilhados, mas também podem existir no imaginário. Isso ocorre quando a pessoa não participa, mas devido à relevância para seu grupo, ela se torna uma memória, sendo difícil de distinguir se houve ou não a participação. Há, ainda, os acontecimentos ligados à coletividade que consistem em eventos que não se situam dentro do espaço-tempo de uma pessoa ou de um grupo, mas que, “por meio da socialização política, ou da socialização histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado, tão forte que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 201).

Pessoas e personagens constituem o segundo elemento pertencente à memória. Assim como os acontecimentos, as pessoas podem ser referências de memória pelo compartilhamento de vivência direta, ou indireta, as quais se transformam quase que em conhecidas, e ainda aquelas que não pertencem ao espaço-tempo da pessoa. O terceiro item constitutivo da memória apontado por Pollak (1992) é o lugar, visto que o humano não existe sem o espaço. Esse lugar, por sua vez, pode reter informações que revelam aspectos memoriais do que foi vivido.

Além desses elementos constituintes, percebemos, também, sua característica de seletividade. A escolha do que se deve preservar implica no esquecimento do que não é preservado. A seletividade do que deve ser preservado pode ser dada de forma voluntária, quando há um interesse em se preservar, ou involuntária, quando o indivíduo não está consciente do que é mantido.

A memória social permite a dinamicidade e continuidade do tempo social, possibilitando o advento de novas memórias coletivas e históricas. Gondar (2005), ao discutir sobre a memória social, elenca quatro proposições, sendo a primeira referente ao seu caráter transdisciplinar. Por não pertencer a nenhuma disciplina, a noção de memória produz “efeitos de transversalidade entre os diversos saberes” (p.14), está em constante construção, direcionado de acordo com os “novos problemas que resultam do atravessamento de disciplinas diversas” (p.15).

A construção processual do conceito revela que, ao longo do processo histórico, houve, e ainda há diferentes visões e perspectivas de seu uso. Arelada ao processo histórico, têm-se o caráter ético e político, de modo que a construção da memória envolve os interesses e utilidades de sua produção e preservação.

A quarta e última proposição levantada por Gondar (2005, p.23), compreende na

memória enquanto elemento além da representação. Tendo em vista que a esfera social é dinâmica, viva e em constante fluxo, “as representações são apenas o referente estático do que se encontra em constante movimento”. Segundo a autora, reduzir a memória à representação, desconsidera seus processos e fatores de produção.

A partir das proposições elencadas por Gondar (2005), podemos considerar que a memória não apenas representa, mas ressignifica, de forma que admite sua permanente construção, dinamicidade e atuação no presente. Por esse viés, a memória não é estática, nem está cristalizada, ela é elástica e tem a potencialidade de ressignificar o que é lembrado. A autora conclui que:

Conceber a memória como processo não significa excluir dele as representações coletivas, mas de fato, nele incluir a invenção e a produção do novo. Não haveria memória sem criação: seu caráter repetidor seria indissociável de sua atividade criativa; ao reduzi-lo a qualquer uma dessas dimensões, perderíamos a riqueza do conceito. (GONDAR, 2005, p.26)

Os documentos preservados no arquivo privado de José Simeão Leal não apenas representam a memória, eles estão em diálogo com o tempo e espaço nos quais o arquivo está inserido, de forma que sua memória é ressignificada de acordo com o uso da informação acessada.

No âmbito informacional, a memória é revitalizada a partir de seus próprios conceitos, como a organização, acesso e uso da informação (SILVA; OLIVEIRA, 2014), ela possui uma relação de diálogo e sociabilidade com o passado; no entanto, ela é transposta em uma representatividade informacional, de forma a garantir o acesso e uso pelo usuário. Nessa linha, memória se revela enquanto conjunto de elementos apreendidos no presente, que, todavia, remete a um passado real ou mítico, efetivado através da consciência individual ou coletiva (OLIVEIRA; ALBUQUERQUE, 2013).

Uma vez que a memória no campo da Ciência da Informação se preocupa em decifrar o caráter singular que é representado no ato informacional, seja de um indivíduo ou um grupo, ela não depende de uma ligação com a temporalidade espacial e cronológica da história. Aqui, a memória não tem a pretensão de proceder à reconstrução avaliativa do passado, ou mais, do tempo, e sim, fazer emergir as informações potenciais existentes nos traços de memória. Nosso problema consiste em identificar quais informações acessamos com os registros de José Simeão Leal.

Dotado de potencialidade, o artefato se torna informação quando ele é percebido enquanto tal, fazendo surgir, desse modo, uma relação de significação e produção de

significados socialmente aceitos (AZEVEDO NETTO, 2007). Tendo em vista que a informação implica significação, pode-se perceber um problema em torno da ideia de identidade. Nesse sentido, ela pode produzir novos significados na informação que é disseminada.

Seguindo esse entendimento, Azevedo Netto (2007) afirma que a relação entre informação e memória estabelecida no processo de pesquisa se dá a partir da informação que é extraída do dado. Essa, por sua vez, quando socializada, é incorporada ao discurso de determinado grupo, passando, assim, a ser uma referência para ele. Dessa feita, concordamos que os arquivos pessoais podem ser referências de lugares de memória não apenas para o proprietário e sua família, mas a possibilidade de informar expande. No caso do arquivo de José Simeão Leal, as informações ali encontradas evocam as memórias dos juremeiros e das juremeiras da Paraíba, além dos vestígios memoriais do próprio proprietário.

3 ARQUIVO JOSÉ SIMEÃO LEAL: ESPAÇO DE RECORDAÇÃO, LUGAR DE MEMÓRIA DA JUREMA

Pollak (1992) aponta três elementos que constituem a memória. O terceiro compreende no que Assman (2011) denomina de *médium*³ da memória, que é o lugar. São vários os lugares que podem suscitar as memórias, lugares visitados, não visitados, logo, conhecidos indiretamente, lugares dos mortos, dos monumentos, entre outros. Para Nora (1993), não são todos os lugares que se constituem em espaços de memória, ele afirma que os lugares de memória se tornam como tais se seu espaço estiver investido por uma “aura simbólica”, uma significação simbólica que remete à experiência vivida pelos sujeitos, por exemplo, um cemitério. Conforme o autor, “são lugares com efeitos nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos” (NORA, 1993, p.21), estando esses três aspectos coexistindo sempre. Segundo Nora, para que um lugar seja de memória é necessário que haja a intencionalidade. Tais lugares atuam como um meio de reparar a memória degradada pelo tempo. Nessa perspectiva, os lugares compreendem em espaços que firmam a memória, visando compensar sua perda ou esfacelamento das tradições (GONDAR, 2005, p.21). A perspectiva de Nora está enquadrada

³ Os *médiuns* ou mídias de memória compreendem os meios por onde há a potencialidade de evocação da memória, seja ela coletiva ou individual, as mídias “fundamentam e flanqueiam a memória cultural como suportes materiais dela, e que interagem com a memória individual de cada um” (ASSMANN, 2011, p.24). Em outras palavras, constituem em espaços dotados de informações que possibilitem construção da memória.

em uma ótica de o lugar de memória ser a compensação do que foi esquecido durante processo histórico pela modernização, seu conceito de lugar não é suficiente para designar a diversidade de lugares que guardam as memórias, visto que outros aspectos que não a modernização contribuem para a preservação ou perda memorial dos locais.

De acordo com Halbwachs (1990), os espaços possuem distintas relações com os sujeitos: uma residência, a ligação entre os sujeitos e o lugar se dá em detrimento da proximidade entre estes, em que o espaço “abarca” o sujeito. O lugar se torna, assim, uma condição de existência do grupo, condição essa que é essencial e clara, como diria Halbwachs (1990). No que concerne às outras formações sociais, como os lugares religiosos, o autor afirma que essas formações tendem a separar o indivíduo dos espaços, visto que estes possuem qualidades de outra ordem. Um espaço religioso não é somente um lugar de féis, há nele uma organização, ações e práticas realizadas que se dispõe conforme as normas tradicionais exigentes da religiosidade. Como aponta Halbwachs (1990, p.157), “a religião se expressa, portanto, sob formas simbólicas que se desenrolam e se aproximam no espaço: é sob essa condição somente que asseguramos que ela sobreviva”. Em um contexto religioso, o lugar oferece a percepção de permanência da tradição,

Porque os lugares participam da estabilidade das coisas materiais e é baseando-se neles, encerrando-se em seus limites e sujeitando nossa atitude à sua disposição, que o pensamento coletivo do grupo dos crentes tem maior oportunidade de se eternizar e de durar: esta é realmente a condição da memória (HALBWACHS, 1990, p.159).

Denominando de “locais”, Assmann (2011) se apropria da fala de Cícero para reforçar a potência memorativa dos lugares, pois “grande é a força da memória que reside no interior dos locais” (CÍCERO apud ASSMANN, 2011, p.317). Complementa, ainda, que “[...] os locais possam tornar-se sujeitos, portadores da recordação e possivelmente dotados de uma memória que ultrapassa amplamente a memória dos seres humanos” (ASSMANN, 2011, p.317). A memória que está por si só situada nos locais, chamada pela autora de *genetivus*, vai além do tempo de vida do sujeito, grupo, época ou cultura. O local retém em si a memória e se mantém uma continuidade da duração.

Nessa compreensão, o arquivo pessoal, dotado de documentos permanentes, que possuem valores históricos, memoriais e patrimoniais, constitui em lugar de memória, tendo em vista que conglomeram uma gama de documentos que revelam aspectos memoriais e sociais.

Ao longo das décadas de 1940 e 1950, José Simeão Leal se dedicou a pesquisar sobre

a Jurema, religiosidade afro-indígena que à época era proibida e sofria fortes perseguições e violências por parte do Estado e de seus mecanismos. Nesse tempo, essa religião foi registrada de forma estereotipada pelos pesquisadores, que reproduziram uma perspectiva colonizadora e positivista, como Roger Bastide, Gonçalves Fernandes e Câmara Cascudo.

Buscando ir de contra a perspectiva até então dominante, José Simeão Leal, que outrora auxiliou Mário de Andrade durante a visita à Paraíba na ocasião do projeto Missão de Pesquisa Folclórica a contatar os juremeiros e asjuremeiras do estado, se propunha a dar continuidade ao projeto da Missão. Todavia, a proposta de José Simeão Leal não era apenas de realizar o registro, o intelectual realizou estudos sistemáticos, em seu arquivo, encontramos referências bibliográficas tanto nos exemplares de livros, como Roger Bastide, Câmara Cascudo, Oneyda Alvarenga Edson Carneiro e Arthur Ramos, como em anotações manuscritas e datilografadas. Não apenas sobre a religiosidade e cultura popular, mas o areense conhecia a produção de autores que tratavam a temática negra⁴, tanto no contexto literário como histórico-social, como Jorge de Lima, Charles Wagley e Darcy Ribeiro.

Além das referências bibliográficas, o acervo custodia 41 fotografias impressas em preto e branco, que trazem imagens de rituais de Jurema realizados durante sua pesquisa na Paraíba. As imagens revelam aspectos característicos da religiosidade, o espaço onde ocorreu o ritual, os adornos utilizados pelos religiosos e pelas religiosas, os objetos que compõem o cenário, as expressões faciais e corporais das pessoas envolvidas no rito e os momentos ou etapas deste, como a gira, com o toque de atabaques, a dança e a incorporação e a oferta de comida. De modo a revelar a complexidade ritualística da Jurema praticada na Paraíba durante as décadas de 1940 e 1950. Consta também um desenho de uma mesa de Jurema⁵, no qual é apresentada a disposição das pessoas (mestres e discípulos) e objetos utilizados no ritual.

Do gênero textual, têm-se 81 folhas de manuscritos e datilografias sobre a Jurema, que revelam informações sobre as plantas, vocabulário com palavras do contexto juremeiros, anotações do processo ritual e da pesquisa de campo realizada por José Simeão Leal, ainda, partituras das toadas⁶.

A pesquisa realizada por José Simeão Leal não foi publicada por seu proprietário, todavia, ela serviu de fonte para que outros pesquisadores escrevessem sobre o tema. No

⁴ Sobre a prática de leitura de José Simeão Leal, ver Pereira e Oliveira (2006).

⁵ O Catimbó ou Jurema de mesa consistia em um ritual no qual as pessoas ficavam no entorno de uma mesa ou no chão coberto com um pano branco. O rito era acompanhado com toadas cantadas para as entidades, utilizando velas, perfumes, água e cachimbos (BARROS, 2011).

⁶ Toada, ponto ou linha são os nomes atribuídos às músicas cantadas para as entidades em rituais de Jurema.

tópico que segue, observaremos duas correspondências remetidas por Roger Bastide, nas quais o sociólogo francês agradece as informações fornecidas por José Simeão Leal, de modo queo concebemos como mediador cultural (GOMES; HANSEN, 2016), e seu arquivo pessoal, como espaço de mediação e informação sobre a Jurema na Paraíba.

3.1 “MAS QUANDO EU FALAR EM JUREMA, EU DOU JUREMA A VOCÊ”: JOSÉ SIMEÃO LEAL E A MEDIAÇÃO SOBRE A JUREMA

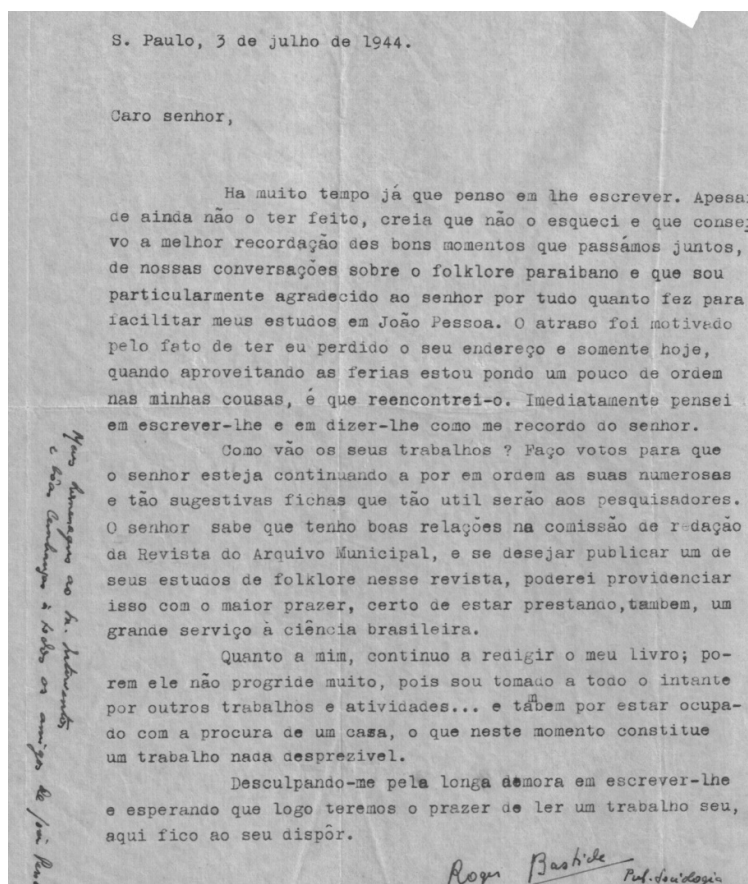
De acordo com Malatian (2012), as cartas constituem em um importante meio de acesso à vida privada do sujeito, incluindo-se aqui, suas atitudes e representações. A partir do século XVIII, as correspondências adquiriram uma importância fundamental tanto no estreitamento das relações, como um meio para expressão de sentimentos e experiências.

Instrumento muito utilizado por intelectuais do início e meados do século XX, como meio fundamental para a manutenção da sociabilização, as correspondências comportavam a troca de ideias, informações, elaborações de projetos e a firmação de pactos. Por meio delas, podem-se identificar as relações estabelecidas entre os autores, particularmente, entre os intelectuais, nas quais, evidenciam-se a relação profissional, troca de livros, contribuições, opiniões.

Ao longo de sua trajetória, José Simeão Leal construiu relações de amizade e de profissão, por vezes, as duas juntas. Os cargos públicos ocupados, bem como sua inserção no meio cultural, permitiu ao intelectual estabelecer laços com vários/as pensadores/as e pesquisadores/as nacionais e internacionais. Nas correspondências trocadas, é possível ver, agradecimentos por sua contribuição na realização de obras; em outras, solicitação de informações referentes à cultura, seja de sua própria pesquisa ou de outro (OLIVEIRA, 2009).

Roger Bastide foi um dos pioneiros a pesquisar o Candomblé no Brasil. Em meio aos seus estudos, ele também se debruçou sobre as religiosidades afro-indígenas, especificamente o Catimbó nordestino, também chamado de Jurema. Em correspondências enviadas a José Simeão Leal, Roger Bastide agradece suas contribuições para sua pesquisa, desde as conversas trocadas, como a facilitação de seu estudo em João pessoa, e estimula-o a publicar sua pesquisa, conforme nos mostra a carta datada de 3 de julho de 1944, de São Paulo:

Figura 1 - FAC-SÍMILE 11: Carta de Roger Bastide (3/07/1944).



Fonte: AJSL.

Possivelmente, as conversas que Roger Bastide menciona sobre o *folklóre* paraibano remontam, especificamente, à Jurema. Apesar de no AJSL também constar registros sobre outras manifestações culturais no estado, como a Nau Catarineta, contos populares e demais festividades, e os dois intelectuais terem trocados conversas sobre o tema, a pesquisa de Roger Bastide se volta para as religiosidades afro-indígenas, de modo que pressupomos que a pesquisa sobre a Jurema era de interesse maior ao sociólogo francês, que realizou, ao mesmo tempo, observações e registros sobre o Candomblé na Bahia.

Como demonstra Roger Bastide, ao escrever “Faço votos para que o senhor esteja continuando a por em ordem as suas numerosas e tão sugestivas fichas que tão útil serão aos pesquisadores” (Fac-símile 1, no início do segundo parágrafo), percebemos pelos dizeres “numerosas” e “tão sugestivas”, que a pesquisa de José Simeão Leal já estava avançada e que elas, conforme Roger Bastide, muito seriam úteis aos pesquisadores e pesquisadoras.

Em uma segunda carta, datada de 29 de agosto de 1945, com folha da caixa postal da

Universidade de São Paulo – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, onde Roger Bastide integrava o corpo docente do curso de Sociologia, comenta a finalização do livro sobre o Nordeste e encaminha um exemplar para José Simeão Leal, provavelmente, o livro finalizado remete ao livro mencionado no fac-símile 1, qual não avançava devido às demais ocupações.

Informa também o envio de um exemplar de uma separata da revista do Arquivo Municipal, “Estudos Brasileiros”. Conforme as informações contidas nas cartas e considerando o momento em que foram escritas, possivelmente, o livro o qual Roger Bastide se refere é “Imagens do Nordeste místico em preto e branco”, publicado no ano de 1945, que tem um capítulo destinado ao estudo do Catimbó⁷. Segue a transcrição da segunda missiva:

Prezado Senhor,

Recebi ontem sua carta do Rio. Sou muito satisfeito haver suas notícias. Há uma ou duas semanas mandei ao prezado amigo um separata da Revista do Arquivo Municipal “Estudos Afro-brasileiros”; mas dirigiu a revista para a Parahiba. Não sei si o senhor a recebera. Infelizmente, não tenho outra para lhe mandar de novo. Estava para mandar-lhe também meu livro sobre minha viagem no Nordeste quando recebi sua carta. Eu mando agora à seu novo endereço. Agradeço suas palavras sobre arte e sociedade. Agradeço também para o livro de Wanderley. Uma vez acabada sua leitura, escrevo ao senhor minhas impressões ou talvez falo do livro num artigo meu. Esperando que seja agora possível al senhor aproveitar suas notas de folclore para escrever algum artigo, mando ao senhor, com meus cumprimentos para sua senhora, um grande abraço.

Roger Bastide

Por meio dessas correspondências, pode-se concluir que os registros de José Simeão Leal acerca da Jurema não se limitaram a atender apenas à sua pesquisa. Os registros subsidiaram pesquisas de renomados escritores sobre as religiosidades afro-indígenas, o intelectual disponibilizou seus estudos sobre as manifestações religiosas, de forma a mediar informações sobre o grupo registrado. Dito isso, José Simeão Leal pode ser assim considerado um mediador cultural.

O atributo de mediador cultural é esclarecido a partir de duas noções complexas. Enquanto intelectual criador, compartilhamos do entendimento de Gomes e Hansen (2016, p.10), de que são “homens da produção de conhecimentos e comunicação de ideias, direta ou indiretamente vinculados à intervenção político-social [...] podem e devem ser tratados como atores estratégicos nas áreas da cultura e da política que se entrelaçam”. A noção de

⁷ O capítulo intitulado Catimbó está presente na coletânea organizada por Reginaldo Prandi, intitulado Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados (2011).

intelectual mediador, por sua vez, nos remete aos atores cujo papel tem grande relevância, mas nem sempre reconhecido, na sociedade que está inserido. Considerados “guardiões da memória”, são aqueles que “se dedicam a ‘coleccionar’ objetos e a produzir relatos memoriais, escritos ou registrados em outro suporte, com alguma circulação entre o grupo, além de certa permanência no tempo” (GOMES; HANSEN, 2016, p.9).

Tendo isso em vista, podemos considerar que José Simeão Leal desenvolveu, ao longo de sua trajetória, atividades e práticas de mediação cultural (GOMES; HANSEN, 2016), de modo que não apenas contribuiu com ações políticas direcionadas à transmissão e à propagação da cultura, mas atribui um sentido à sua produção, tendo em vista a singularidade de seus registros e seu fornecimento de informações aos pesquisadores que o buscavam. Como fruto dessas ações, José Simeão Leal acumulou, ao longo de sua vida, um elevado acervo documental.

Assmann (2011, p. 369), ao refletir sobre os espaços de memória, situa o arquivo enquanto um armazenador desta, de forma que seus elementos constituintes retêm “memória potencial ou pré-condição material para memórias culturais futuras”. O arquivo pessoal neste aspecto constitui-se como uma referência para a percepção da relação entre a memória individual e a memória coletiva. Os referentes do passado, materializados nos documentos do presente, informam sobre o contexto individual e coletivo qual o documento foi produzido. Destacam Córdula e Oliveira (2015, p.48),

No caso dos arquivos pessoais, a memória, enquanto evocadora do passado, traz, para além das informações e das experiências de um fato vivido, os referentes do passado para a construção de uma memória no/do presente, configurando um cenário individual emergindo no coletivo.

A memória materializada nos documentos pertence tanto ao seu proprietário, quanto aos sujeitos que, de alguma forma, tiveram relação com os documentos ali encontrados. Esses documentos podem ter conteúdos diversos e são mantidos por apresentar interesse patrimonial e para pesquisa, uma vez que trazem informações sobre a vida social e cultural, aspectos históricos, políticos e profissionais da personalidade, como também, dos sujeitos que deixaram rastros no arquivo. O conjunto documental organicamente acumulado em um arquivo pessoal possui informações que possibilitam evocar a trajetória de vida de seu proprietário, dos demais sujeitos com os quais ele se relacionava e do contexto qual estava inserido.

Através dos *médiuns* presentes no AJSL, evocamos uma memória construída a partir da mediação desenvolvida por José Simeão Leal ao longo de sua pesquisa sobre a cultura

popular e especificamente, a Jurema na Paraíba. Por meio da memória materializada nos *médiuns*, acessamos a dimensão informacional produzida sobre a Jurema na Paraíba.

4 TECENDO ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A noção de memória aqui considerada é refletida enquanto um conceito complexo, em permanente processo de construção (GONDAR; DODEBEI, 2005). Apesar de a memória estar intrinsecamente ligada à identidade, essa, enquanto inserida em um processo de construção permanente, se relaciona com a perspectiva dinâmica da construção identitária, em que assume a visão de “várias identidades”, de acordo com as “*especificidades contingentes*”(BRAH, 2006, p.362, grifo da autora), tanto individual quanto coletiva. Concordamos com Gondar (2005) ao afirmar que a proposta de memória considerada não pretende ser aquela que rotular a identidade e permanência de algo, visto que, as coisas, inseridas no tempo e no espaço, são dinâmicas e se movem, e os conceitos criados para pensá-las devem admitir e acompanhar sua mobilidade.

Tendo isso em vista, reconhecer a mobilidade e dinamicidade da memória, possibilita, também, considerar que ela não apenas representa algo, mas é dotada de potencialidade para sua ressignificação. Trazer à tona registros sobre um grupo de religiosos e religiosas que foram excluídos/das e que continuam sendo marginalizados/das pela sociedade contemporânea é ressignificar sua memória e reafirmar sua tradição e, conseqüentemente, a identidade desse grupo. Admitindo assim, não sua cristalização, mas sua resistência e manutenção da tradição.

Nesse entendimento, Bergson (1999) nos apoia para o acesso à memória da Jurema a partir da ação analítica sobre os documentos. As informações constantes nos documentos, preservados até o presente, possibilitam o acesso a uma memória do grupo.

José Simeão Leal produziu registros sobre a Jurema em uma época em que a religião era duramente perseguida, acumulou uma documentação que contribuiu para o desenvolvimento de estudos sobre o tema, atualmente, em estado de conservação, essa documentação segue informando sobre uma manifestação religiosa que pouco se sabe a seu respeito à época datada, décadas de 1940 e 1950. Diante disso, reforçamos a importância de seu acervo como um espaço de memória, uma unidade de informação sobre as manifestações culturais do estado paraibano.

REFERÊNCIAS

- ARÓSTEGUI, Julio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, SP: Edusc, 2006.
- ASSMANN, Aleida. **Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.
- ASSUNÇÃO, Luiz Carvalho de. **Reino dos mestres: a tradição da jurema na umbanda nordestina**. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2010.
- AZEVEDO NETTO, Carlos Xavier de. Informação e Memórias: as relações na pesquisa. **Revista História em Reflexão**, Dourados, vol.2, n.1, p.1-20, 2007. Disponível em: <http://www.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/julho_dez_2007/arquivos/informacao-e-memoria-2013-as-relacoes-na-pesquisa>. Acesso: 02 fev. 2016.
- BARROS, Ofélia Maria de. **Terreiros Campinenses: tradução e diversidade**. 2011. 200f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.
- BASTIDE, Roger. Catimbó. In: PRANDI, Reginaldo (Orgs.). **Encantaria brasileira: o livro dos mestres, caboclos e encantados**. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2011, p. 146-159.
- BERGSON, Henri. **Memória e vida**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- _____. **Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o Espírito**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças dos velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu: Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp**, n.26, p.329-376, jan-jun. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso: 20 jun. 2016.
- CANDAU, Joël. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- _____. **Antropologia da memória**. Lisboa: Instituto Piaget, 2005.
- CASCUDO, Câmara. **Superstição no Brasil**. São Paulo: Global, 2002.
- _____. **Meleagro**. Rio de Janeiro: Agir, 1978.
- CÓRDULA, Ana Cláudia Cruz; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **Políbio Alves: um homem, um arquivo, uma trajetória**. João Pessoa/PB: Editora da UFPB, 2015.
- CUCHE, Denys. **A noção de cultura nas Ciências Sociais**. Bauru: EDUSC, 1999.
- DUVIGNAUD, Jean. Prefácio. In: HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Edições Vértice – Editora Revista dos Tribunais LTDA, 1990.
- GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santo. Intelectuais, mediação cultural e

projetos políticos: uma introdução para a delimitação para o objeto de estudo. In: GOMES, Ângela de Castro; HANSEN, Patrícia Santo. **Intelectuais mediadores: práticas culturais e ação política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p.7-37.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô. DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005, p. 11-26.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1990.

_____. **Les cadres sociaux de la mémoire**. Paris: Félix Alcan, 1925.

JARMAN, Neil. Material of culture, fabric of identity. In: MILLER, Daniel. **Material cultures: why some things matter**. London:UCL Press, 1998, p.121-145.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**, São Paulo, n.10, p. 7-28, 1993.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de; ALBUQUERQUE, Maria Elizabeth Baltar Carneiro de. Na memória da tradição: informação sobre vida e obra de poetas populares brasileiros. **XIV Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB 2013)**, 2013. Disponível em:
<<http://enancib2013.ufsc.br/index.php/enancib2013/XIVenancib/paper/viewFile/453/228>>
Acesso: 29 maio 2016.

OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. **José Simeão Leal: escritos de uma trajetória**, v.2. 2009. 352f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2009.

PEREIRA, Perpétua Emília Lacerda. OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Memórias de Leitura: prática leitora em José Simeão Leal. **Biblionline**, v.2, n. 2, 2006. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/biblio/article/view/619/456>>. Acesso: 02 fev. 2016.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992. Disponível em:<http://reviravoltadesign.com/080929_raiaviva/info/wp-gz/wp-content/uploads/2006/12/memoria_e_identidade_social.pdf>. Acesso: 02 fev. 2016.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n.3, p.3-15, 1989. Disponível em:
<http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso: 02 fev. 2016.

SILVA, Luiz Eduardo Ferreira da; OLIVEIRA, Bernardina Maria Juvenal Freire de. Mnemosyne Infor-comunicativa: a possibilidade axiomática da construção de um conceito de memória para a Ciência da Informação. **Informação e Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.24, n.1, p.135-143, 2014. Disponível em:
<<http://www.ies.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/17658/10934>>. Acesso: 02 fev. 2016.

SILVA, Armando Malheiro; RIBEIRO, Fernanda. Noções fundamentais. In: _____. **Das “ciências” documentais à Ciência da Informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular**. 2. ed. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2008. Cap. 1, p. 21-43.